

CGTP-IN LANÇA INICIATIVAS EM DEFESA DA SEGURANÇA SOCIAL E SISTEMAS PÚBLICOS DE SAÚDE (SNS) E EDUCAÇÃO

Nos últimos dias acentuou-se a pressão do Governo PSD/CDS e das forças conservadoras que o apoiam no sentido de dismantelar as funções sociais do Estado.

A apresentação e aprovação do Orçamento de Estado rectificativo serviram de pano de fundo para posições alarmistas. Especulou-se sobre as contas da Segurança Social, sobre a redução do seu saldo positivo, sobre o crescimento da despesa com as prestações de desemprego e sobre a diminuição das contribuições sociais. Este foi o pano de fundo que serviu para a apresentação de um novo pacote de austeridade, que incluiu a suspensão das reformas antecipadas e mais restrições no acesso ou nos valores de prestações sociais, incluindo o subsídio de doença, o rendimento social de inserção e o subsídio de maternidade. Mais recentemente o Governo anunciou o lançamento de um “estudo” sobre a introdução de um tecto contributivo, o conhecido “plafonamento” que o ex-ministro Bagão Félix tentou introduzir mas que agora, em declarações públicas, se veio pronunciar contra, por reconhecer, como sempre a CGTP-IN afirmou, que isso, a concretizar-se, determinaria uma redução imediata das receitas da Segurança Social criando graves dificuldades financeiras a esta.

Por sua vez, o Ministro da Saúde afirmou na Assembleia da República que “a sustentabilidade mínima do SNS não está garantida”, situação criada pelo próprio Governo e pela *troika* que na revisão do “Memorando”, realizada em Dezembro de 2011, à margem da Assembleia da República e dos portugueses, aumentaram o corte na despesa pública com a Saúde, em 2012, de 550 milhões € (versão inicial do “Memorando”) para 1.000 milhões €

Também na Educação são aumentados os cortes (na revisão do “Memorando” em Dezembro de 2011, passam de 195 milhões € para 380 milhões € em 2012) são adiadas obras de requalificação nas escolas e são despedidos profissionais, ao mesmo tempo que são divulgadas situações de abandono escolar, nos seus diferentes níveis, por falta de condições financeiras das famílias, situação que já mereceu um posicionamento público de várias instituições, incluindo o CRUP – Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

Entretanto foi aprovado um Tratado Orçamental que, ao conjugar a redução do défice orçamental para 0,5% do PIB com a redução rápida da dívida pública, vai estabelecer uma pressão permanente sobre a despesa social ameaçando liquidar o Estado Social, o qual constitui um legado fundamental do 25 de Abril.

Por outro lado, a síntese da execução orçamental dos três primeiros meses de 2012 evidencia o fracasso das medidas que o Governo PSD/CDS vem impondo ao país.

As medidas de empobrecimento dos trabalhadores, da população e do país, estão na origem da diminuição da receita total do Estado em 4,4%, com as receitas provenientes dos impostos a cair 5,85% face ao período homólogo.

No que concerne aos impostos indirectos, a quebra é superior a 6%, reflexo da contracção da procura interna. Nos impostos directos, a redução é geral, com excepção do imposto sobre os rendimentos singulares (IRS), pago na sua larga maioria por trabalhadores assalariados, que aumentou 1,2%.

Do lado da despesa, o aumento de 3,5% face ao 1º trimestre de 2011, fica-se a dever em grande parte ao aumento dos juros, um valor que subiu 221%, ou seja, mais 423 milhões de euros que em igual período de 2011. No período em análise, os juros e outros encargos ascenderam aos 744 milhões de euros e a despesa com o subsídio de desemprego e apoio ao emprego foi de 644 milhões de euros, apesar das dificuldades no acesso e aos cortes no valor dos subsídios (onde mais de 50% não tem quaisquer subsídios).

É neste quadro que o FMI reconhece que a política de austeridade tem efeitos negativos no crescimento e alerta para o facto de que a principal ameaça à economia mundial reside nas políticas europeias. Para o efeito, advertem/afirmam que o principal risco para a economia global reside na área do euro; que a austeridade (“consolidação orçamental”) está a pesar no crescimento; que os mercados são “esquizofrénicos” (!) porque exigem a austeridade e depois reagem negativamente quando ela conduz a um fraco crescimento; que a maior prioridade nas economias avançadas, sobretudo na Europa, é assegurar um aumento duradouro do crescimento e baixar o desemprego.

No entanto, estamos perante uma declaração hipócrita e cínica desta instituição, dado que é responsável, em conjugação com a Comissão Europeia e o Banco Central Europeu, por duros programas de austeridade que estão a destruir as economias e o tecido social dos países “ajudados”, incluindo Portugal.

Esta é uma política que se não for invertida até 2017, vai conduzir a uma taxa de desemprego estrutural de 11%, a uma dívida pública de 109%/PIB e à manutenção da divergência do crescimento económico de Portugal com a média da União Europeia.

A sustentabilidade das políticas sociais e as políticas económicas

A campanha em curso visa persuadir os cidadãos de que as políticas sociais têm custos que as condições económicas do país não permitem suportar. Daí a afirmação de não serem sustentáveis.

Esta argumentação não é séria. Se o problema radicasse na falta ou escassez de recursos de forma a poder, pelo menos, aliviar a situação das famílias que estão a sofrer as duras condições de uma austeridade destruidora, então a primeira preocupação deveria ser a boa utilização de tais recursos. Ora, o Governo anunciou que vai avançar com a limitação das contribuições para a Segurança Social, uma medida que, a concretizar-se, iria reduzir as receitas da Segurança Social, no momento em que estas são mais necessárias. A criação de um tecto nas contribuições – de modo a que uma parte dos descontos se encaminhasse para o sector financeiro (bancos e companhias de seguros) – iria reduzir permanentemente receitas que a Segurança Social hoje utiliza para pagar pensões, subsídios de desemprego, subsídios de doença e outras prestações sociais.

O problema não reside na sustentabilidade mas antes na intenção política de aproveitar a concentração de poder de que a direita hoje dispõe para mudar as bases em que assentam as políticas sociais no país. A prová-lo, está também o facto de que, segundo o próprio Tribunal de Contas, as dívidas à Segurança Social atingiram, em 2010, 7.270,1 milhões € preparando-se o Governo para perdoar/anular 74,8% do valor dessa dívida, o que representará, a concretizar-se,

uma gravíssima descapitalização da Segurança Social, para não dizer mesmo roubo aos trabalhadores. Isto porque uma parcela importante daquela dívida é constituída por descontos que foram feitos nos salários dos trabalhadores e que depois não foram entregues na Segurança Social. Para além disto, o Governo não divulgou nem mais dados sobre o aumento da dívida nem qualquer plano visando recuperar o valor e combater a fraude contributiva que continua em larga escala.

A intenção de destruição da Segurança Social, nos moldes em que é definida pela Constituição da República, não é de agora. Basta recordar que, em 2006, o PSD apresentou um projecto com a mesma finalidade, em que defendeu o financiamento da quebra da receita na Segurança Social, através da emissão de dívida pública e do desbaratamento dos recursos do Fundo de Estabilização Financeira da Segurança Social. O Governo, que gosta de responsabilizar a situação do país pela acumulação de dívida pública, pretende aniquilar a Segurança Social, usando este instrumento.

Se existissem verdadeiras preocupações com a criação de riqueza, então a primeira prioridade estaria na promoção de políticas que promovam o crescimento económico. O país está mergulhado na recessão e o Banco de Portugal não prevê que em 2013 surja a luz ao fundo do túnel, projectando um crescimento nulo. No próprio “*Livro Branco: Uma agenda para pensões adequadas, seguras e sustentáveis*”, difundido pela Comissão Europeia em Fevereiro de 2012, se reconhece que bastava “atingir os objectivos fixados pela U.E. em matéria de emprego ou igualar o desempenho dos países com melhores resultados e poderia quase neutralizar os efeitos do envelhecimento da população sobre o peso das pensões no PIB”.

A política de austeridade e a agenda neo-liberal do Governo estão a pôr em causa as funções sociais do Estado. As contribuições para a Segurança Social baixaram cerca de 2,5% no 1º trimestre deste ano, ao mesmo tempo que subiu a despesa com as prestações com o desemprego, por existirem mais desempregados (sem que este aumento de despesa acompanhe o aumento do desemprego); as transferências do Estado para os regimes não contributivos (subsistema de Protecção Social de Cidadania) reduziram-se; as transferências do Estado para o SNS diminuíram ameaçando o seu estrangulamento financeiro (estas transferências caíram 17% em 2012 face a 2010, em termos reais).

A sustentabilidade não melhora com o corte das prestações sociais, com a redução dos direitos dos desempregados, com a estigmatização dos beneficiários do rendimento social de inserção, com o aumento das taxas moderadoras e com a transferência para as famílias de mais custos com a Saúde, quando somos um dos países em que esses custos são mais elevados (4,2% do PIB em 2011 face a 3,2% na média da OCDE). A sustentabilidade não melhora com o desinvestimento na Educação e menos qualificações dos portugueses (num quadro em que Portugal investe apenas 4,89% do PIB nesta área, tendo 18 dos 27 países da U.E. à sua frente neste parâmetro). A sustentabilidade melhora com políticas que promovem o crescimento, o emprego e os salários e com políticas orientadas para a salvaguarda e o reforço dos direitos sociais.

A universalidade e as políticas assistencialistas

O argumento da escassez de recursos está a ser usado para justificar políticas de redução sucessiva de direitos, de cada vez maior selectividade (“se não há dinheiro temos que canalizar o que há para os pobres”) e de estigmatização social. Esta justificação não ignora somente os efeitos das políticas de austeridade no empobrecimento (isto é, na falta de recursos) do país: restringindo-nos às políticas sociais, ignora as opções políticas na afectação de recursos e a intenção de retirar verbas da Segurança Social para o sector financeiro.

O Orçamento da Segurança Social para 2012 prevê a baixa de todas as prestações com excepção das pensões de velhice e do Complemento Solidário para Idosos enquanto a acção social tem um aumento previsto de 16%. Por outro lado, foram: reduzidas as transferências do Orçamento de Estado para a Segurança Social; restringidas as condições de acesso a todas as prestações não contributivas e outros apoios sociais dependentes da verificação de condições de recurso; revogadas as medidas de apoio excepcional aos desempregados. Está a verificar-se uma forte diminuição dos beneficiários de prestações como o abono de família, do subsídio social de desemprego e do rendimento social de inserção.

Temos assim, por um lado, a redução da Segurança Social pública quer no regime previdencial (o mais gritante é a diminuição da protecção social no desemprego num período de forte crescimento do desemprego) quer no regime não contributivo, ao mesmo tempo que se dá mais enfoque à acção social e à caridade como respostas sociais.

A CGTP-IN não pretende que o Estado e as instituições de solidariedade deixem de prestar apoio às pessoas que dele necessitam, numa situação tão difícil como a actual. Mas a redistribuição não pode limitar-se à dimensão assistencial nem opor-se à justiça e aos direitos das pessoas. A Segurança Social é um direito de todos os cidadãos, assente quer numa relação contributiva, quer na necessidade, reconhecida na lei, de “garantir direitos básicos dos cidadãos e a igualdade de oportunidades, bem como promover o bem-estar e a coesão sociais” (art. 26º da LBSS). Reforçar a caridade e ao mesmo tempo reduzir os direitos sociais dos cidadãos não é aceitável.

Uma tal política, aliada à intenção de criar um tecto nas contribuições sociais, significaria muito claramente: a destruição do princípio de solidariedade intergeracional em que assenta a Segurança Social e uma política de esmola para os pobres, mas de benesses para o sector financeiro para o qual se pretende desviar dinheiro da Segurança Social.

O mesmo sector financeiro que foi contemplado com uma transferência das responsabilidades pelo pagamento de pensões do fundo da banca, que é lesiva dos interesses da Segurança Social, uma vez que as verbas transferidas serão aplicadas a fins diferentes daqueles que estão na sua origem. Como o Orçamento de Estado rectificativo para 2012 demonstra o valor dos activos dos fundos de pensões ou regressa à banca, com o pretexto de que serve para pagar dívidas do Estado ou é utilizado para fins que não as responsabilidades assumidas pela Segurança Social, pagando as pensões a 27 mil trabalhadores. A CGTP-IN considera esta situação perfeitamente escandalosa.

O carácter universalista das políticas públicas foi um progresso essencial obtido com o 25 de Abril que conduziu à criação do Serviço Nacional de Saúde e ao acesso à Educação como direito básico. Estes progressos são hoje postos em causa no contexto da diminuição dos salários e dos rendimentos da larga maioria da população conjugada com medidas de restrição no acesso a funções sociais como a Educação e a Saúde.

Demagogia sobre as pensões elevadas serve objectivos políticos

É recorrente o argumento das pensões elevadas para justificar menos Segurança Social e, no caso presente, para a limitação das contribuições para a Segurança Social. O que depois fica são menos Segurança Social enquanto as “pensões milionárias” não deixam por isso de existir.

Existe uma profunda demagogia nesta matéria. A esmagadora maioria dos pensionistas do regime geral tem pensões baixas. Em Dezembro de 2010, a pensão média de invalidez era de

392 euros, um valor abaixo do limiar de pobreza, e de 477 na velhice. O número de pensionistas com pensões acima de 5594 euros era de 491 nesta data, segundo a Conta da Segurança Social.

As pensões são mais elevadas na Administração Pública mas nada justifica que se pretenda confundir pensões elevadas, que resultam de longas carreiras contributiva e de descontos sobre salários elevados com pensões que constituem benesses, seja no sector público ou no privado.

A CGTP-IN não defende pensões de miséria nem pensões mínimas. Admite que tenha que haver limiares mínimos para os valores das pensões mas sempre defendeu pensões relacionadas com o esforço contributivo. Se um elevado esforço contributivo se traduzir em pensões elevadas, essas pensões são justas.

O agravamento das desigualdades sociais

A subversão ou o enfraquecimento das funções sociais do Estado representa uma menor coesão social, uma menor solidariedade entre as gerações e o agravamento das desigualdades. A evolução em curso é profundamente perigosa:

- Está-se a minar a capacidade de resposta dos sistemas sociais poderem esbater o impacto das crises económicas sobre a deterioração das suas condições de vida, no momento em que as pessoas mais precisam de protecção social; o mesmo acontece em relação ao efeito económico de estabilização da procura que as prestações da Segurança Social asseguram;
- Está-se a defender o enfraquecimento do princípio da solidariedade entre as gerações no financiamento da Segurança Social. Para um Governo que tanto usa o discurso da família fica claro que a sua prática se direcciona a servir os interesses do sector financeiro. O que acontece precisamente no Ano Europeu do Envelhecimento Activo e da Solidariedade Entre as Gerações!
- Estão a estigmatizar certas categorias sociais, como os desempregados e os beneficiários do rendimento social de inserção, através da difusão de estereótipos sociais;
- Está-se a negar o acesso a cuidados de Saúde, quer pelo aumento do número de utentes sem médico de família e o encerramento de vários serviços de proximidade, quer por via do aumento das taxas moderadoras e redução de transporte hospitalar e diminuição da comparticipação nos medicamentos;
- Há alunos que estão hoje a abandonar a escola devido ao aumento das dificuldades económicas, agravado pelo corte significativo das bolsas com base na alteração da condição de recursos que provocou o aumento administrativo e fictício do rendimento por pessoa das famílias;
- Estão-se a aumentar as desigualdades, as injustiças sociais e a pobreza as quais constituem o corolário dum pretendido regresso ao Estado liberal. A CGTP-IN recorda que a taxa de pobreza era de 17,9% em 2009. Sem as transferências sociais esta taxa seria de 43,4% em 2009 e de 40% em 2010. O mercado não reduz a pobreza, agrava-a. A própria Comissão Europeia, num estudo recente, concluía que, no conjunto de 6 países atingidos por políticas de austeridade, Portugal era o país onde a redução percentual do rendimento disponível das classes pobres (já -6%) era dupla da verificada nas classes mais ricas (apenas -3%)

O Tratado Orçamental e as políticas sociais

A CGTP-IN considera profundamente grave a aprovação na Assembleia da República do Tratado Orçamental.

O reforço das regras restritivas sobre o défice e a dívida pública, resultantes do Tratado Orçamental e de um mais severo Pacto de Estabilidade e de Crescimento, obrigando a aplicação de uma política de austeridade para além de 2014, último ano do “Memorando”, destruirá a economia e a sociedade portuguesa, manietando a capacidade dos países para desenvolverem políticas económicas e sociais que respondam às exigências de desenvolvimento, de crescimento e de protecção e Segurança Social. Em períodos de recessão e forte desemprego os países ficam impossibilitados ou fortemente limitados para desenvolverem políticas que contrabalancem os efeitos recessivos, promovam o investimento produtivo e assegurem os direitos sociais, em particular o dos desempregados.

A conjugação da imposição de um défice estrutural de 0,5% do PIB com a obrigação de reduzir a dívida pública numa taxa média de 1/20 por ano, num contexto em que, no melhor, teremos nos próximos anos um baixo crescimento económico aponta para uma intensa pressão sobre as finanças públicas que, a não ser travada, pode conduzir à redução brutal das funções sociais do Estado e destruição do Estado Social no nosso país. Uma trajectória que o actual Governo tem em vista, tendo em conta a natureza das políticas que vem aplicando, com o objectivo claro de assim criar áreas de negócios para os privados, nomeadamente grandes grupos económicos (BES, BCP, José Mello, etc.).

A CGTP-IN, tendo em vista a defesa das funções sociais do Estado, **vai realizar no dia 6 de Junho, em Lisboa, uma iniciativa nacional sobre a Segurança Social, em Julho sobre a Educação e em Setembro sobre a Saúde.**

Para além destas, serão realizadas, ainda, as seguintes iniciativas:

- No **dia 8 de Maio** – Dia Nacional da Segurança Social – Distribuição de um Manifesto aos trabalhadores e população, nas diversas regiões do país, com acções diversificadas;
- No **dia 17 de Maio** – Iniciativa pública junto do Ministério da Solidariedade e da Segurança Social, pela defesa dos princípios da universalidade, da solidariedade e da sustentabilidade financeira da Segurança Social.

Lisboa, 23/04/2012